



Estado do Rio Grande do Sul

## Município de Gramado dos Loureiros

### PROJETO DE LEI Nº 003 DE 22 DE JANEIRO DE 2025.

Concede reajuste dos vencimentos através de Revisão Geral Anual e dá outras providências.

**ARTUR CEREZA**, Prefeito Municipal de Gramado dos Loureiros, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Legislação do Município,

**FAÇO SABER**, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que enviou para a apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte projeto de Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de Revisão Geral aos vencimentos dos ocupantes dos cargos e funções públicas do Município e atualizar a respectiva tabela de valores, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2025, no percentual de 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento) sobre os valores vigentes no mês de dezembro de 2024, abrangendo todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do Município.

**§ 1º** O reajuste concedido refere-se à revisão geral anual de acordo com as disposições do inciso "X" do art. 37 da Constituição Federal.

**§ 2º** O reajuste concedido aos servidores do Município se aplica também aos contratos emergenciais, aos cargos, empregos e funções do Município e integrantes do Conselho Tutelar, com exceção aos subsídios.

**Art. 2º** Fica autorizada a transposição de dotações orçamentárias, no montante estimado para a alocação dos valores de despesas com pessoal, até o término do presente exercício econômico e financeiro, através de Decreto, resultante da presente Revisão Geral.

**Art. 3º** As disposições da presente Lei ficam inclusas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes neste exercício.

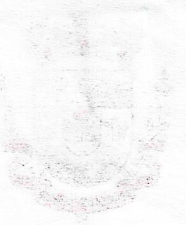
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS,  
22 DE JANEIRO DE 2025

**APROVADO**  
SALA DE SESSÕES, 22/01/2025  
PRESIDENTE \_\_\_\_\_  
SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

**ARTUR CEREZA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Artur Cereza**  
Prefeito Municipal  
Adm. 2025/2028



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Gramado dos Campos

PROPOSTA DE LEI Nº 001/2020

Considerando que a Lei nº 001/2020, de 15 de maio de 2020, instituiu o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 002/2020, de 16 de maio de 2020, instituiu o Plano Mensal de Trabalho (PMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 003/2020, de 17 de maio de 2020, instituiu o Plano Semestral de Trabalho (PSMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 004/2020, de 18 de maio de 2020, instituiu o Plano Anual de Trabalho (PAT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 005/2020, de 19 de maio de 2020, instituiu o Plano Trimestral de Trabalho (PTMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 006/2020, de 20 de maio de 2020, instituiu o Plano Bimestral de Trabalho (PBMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 007/2020, de 21 de maio de 2020, instituiu o Plano Mensal de Trabalho (PMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 008/2020, de 22 de maio de 2020, instituiu o Plano Semestral de Trabalho (PSMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 009/2020, de 23 de maio de 2020, instituiu o Plano Anual de Trabalho (PAT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 010/2020, de 24 de maio de 2020, instituiu o Plano Trimestral de Trabalho (PTMT) para o quadriênio 2020-2023, e

Considerando que a Lei nº 011/2020, de 25 de maio de 2020, instituiu o Plano Bimestral de Trabalho (PBMT) para o quadriênio 2020-2023, e

APROVADO

DATA DE REVISÃO: 15/05/2020  
PRESIDENTE: [Assinatura]  
DEPUTADO: [Assinatura]

Attestado Certo  
Procurador Municipal  
Data: 15/05/2020





Estado do Rio Grande do Sul

## Município de Gramado dos Loureiros

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores,

Com base na Lei Orgânica do Município que confere ao Prefeito Municipal a competência privativa na iniciativa de leis que versem sobre a revisão do funcionalismo municipal, estou encaminhando à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei que concede Revisão Geral Anual dos Vencimentos e dá outras providências.

De acordo com as disposições da Constituição Federal através do Inciso X do Art. 37, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, o Município deverá assegurar a revisão geral anual dos valores de remuneração do pessoal, incluindo todos os **servidores do Município**, o que está sendo efetuando através do presente Projeto de Lei.

O Município como os demais do nosso Estado, tem enfrentado problemas com a redução da Arrecadação, e tais reflexos impactam os percentuais previstos na Lei Complementar 101, como passíveis de atendimento quanto aos gastos com pessoal. O Município esta no limiar das vedações previstas no Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF, razão esta que nos obriga a ter cautela na geração destas despesas visando atender plenamente aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É oportuno registrar que a matéria em análise está sendo enviada a essa Colenda Casa, observadas as disposições do **§ 6º do Art. 17 da LC 101**.

Isto Posto, com a convicção de que esta proposta será bem recebida, esperamos o acolhimento integral do presente Projeto de Lei por essa Emérita Casa, ao tempo em que renovamos protestos de apreço e distinta consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GRAMADO DOS LOUREIROS,  
22 DE JANEIRO DE 2025

  
**ARTUR CEREZA**  
PREFEITO MUNICIPAL

**Artur Cereza**  
Prefeito Municipal  
Adm. 2025/2028







**ORIENTAÇÃO TÉCNICA JURÍDICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 003/2025.**  
**PROPONENTE: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**“CONCEDE REAJUSTE DOS VENCIMENTOS ATRAVÉS DE REVISÃO GERAL ANUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Sr. Prefeito Municipal, encaminhou para essa Casa de Leis, projeto de lei que *“Concede reajuste dos vencimentos através de Revisão Geral Anual, e dá outras providências”*.

Propõe o Sr. Prefeito Municipal projeto de lei visando estabelecer o índice para revisão geral anual aos servidores do Poder Executivo.

A concessão de Revisão Geral aos vencimentos dos ocupantes dos cargos e funções públicas do Município e atualização da respectiva tabela de valores, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2025, no percentual de 4,83% (quatro virgula oitenta e três por cento) sobre os valores vigentes no mês de dezembro de 2024, abrangendo todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do município.

O reajuste concedido aos servidores do Município se aplica também aos contratos emergenciais, aos cargos, empregos e funções do Município e integrantes do Conselho Tutelar, com exceção aos subsídios.

A revisão geral anual, em análise, consta a matéria que já faz parte da estrutura jurídico vigente, ou seja, o art. 37, inc. X da Constituição Federal, verbis:

*X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídios de que trata o 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;*

O instituto da revisão geral anual criado pela Emenda Constitucional nº 19/98, passou a possibilitar que a cada ano os servidores da administração pública tivessem assegurada uma revisão de seus vencimentos com vistas a recompor a perda do padrão monetário verificado com a ocorrência da inflação no período.

A revisão deve se operar por lei específica na mesma data e sem distinção de índices é o que diz a Constituição.



No que tange ao conteúdo do projeto, entendemos que o projeto de lei atende ao regime jurídico de Direito Público, isso porque, a matéria é de competência privativa do Prefeito Municipal e se encontra disposta no § 1º alínea "a" do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, como se vê:

*§ 1º - São de iniciativa privada do Prefeito Municipal as Leis que disponham sobre:*

*a) criação e aumento de remuneração, de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;*

Entretanto, incumbe à Câmara Municipal, no elenco de suas atribuições dispor sobre tal matéria, como assinala o artigo 40, inciso VII da Lei Orgânica Municipal que assim dispõe:

*Art. 40 – Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:*

...

*VII – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;*

### **Da Competência e Iniciativa**

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, sendo legítima a iniciativa desta proposição de lei, não havendo vícios, portanto, neste particular.

Por fim, cabe ressaltar que a emissão deste parecer, se trata de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo, não vinculando os vereadores à sua motivação ou conclusões.

É legítima a iniciativa desta proposição de lei, tendo em vista tratar-se de matéria de o interesse local e ser de competência privativa, não havendo vícios, portanto, neste particular.

Diante do exposto, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação da comissão permanente e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, reiterando a fundamentação quanto à competência e iniciativa deste Parecer.



**Odair Antonio Pereira**

Advogado OAB/RS 96.829

Assim, nosso parecer é favorável à submissão do presente Projeto de Lei à análise, discussão e votação pelo plenário, cabendo ressaltar que a emissão deste parecer, se trata de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo, não vinculando os vereadores à sua motivação ou conclusões.

**Portanto, opina pela legalidade e pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 003/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal.**

Gramado dos Loureiros/RS, 28 de janeiro de 2025.

**ODAIR ANTONIO PEREIRA**  
**OAB/RS 96.829**





Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
DE GRAMADO DOS LOUREIROS**

---

PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Parecer ao Projeto de Lei do Executivo Municipal de nº 003/2025, com a seguinte **Ementa:** *“Concede reajuste dos vencimentos através de Revisão Geral Anual e dá outras providências.”*

**1. Relatório**

O Poder Executivo, via de seu representante legal, o Sr. Prefeito Municipal, através do presente Projeto de Lei do Executivo Municipal de nº 003/2025, com a seguinte **Ementa:** *“Concede reajuste dos vencimentos através de Revisão Geral Anual e dá outras providências.”*

**2. Voto**

A matéria é de competência do município.

O Projeto não fere a competência de legislar nem da União, nem do Estado.

A boa técnica legislativa foi observada, assim como os preceitos de redação.

As normas que se pretendem implantar, com a aprovação do Projeto de Lei, são, segundo a Exposição de Motivos, necessária para que seja concedida a revisão geral anual aos servidores do Poder Executivo.

Assim, considerando o parecer da Assessoria Jurídica, concluo que o projeto atende os ditames constitucionais, legais e jurídicos, é tecnicamente correto, motivo pelo qual o acolho e voto para que seja encaminhado ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 2025.

  
Relator: Vereadora Clovis Paulo Alves

DE ACORDO:

  
Presidente: Vereadora Tatiana Galli Loureiro de Melo

  
Revisor: Vereador Adir Paulo Loureiro de Melo

